

FINANCIAMENTO CLIMÁTICO NO ANO DO JUBILEU

Por que o alívio da dívida externa é mais crucial do que nunca para a justiça climática e ambiental

CIDSE Policy Brief¹, Junho 2025

O QUE É O ANO DO JUBILEU?

Na tradição da Igreja Católica, o Jubileu ocorre a cada 25 anos, um período sagrado de renovação e perdão. Neste contexto, o Papa Francisco nos convida a reconstruir nosso relacionamento com a criação. Historicamente, os anos de Jubileu têm sido marcados por apelos ao cancelamento de dívidas internacionais e à redistribuição mais equitativa da riqueza global. A encíclica [Laudato Si'](#) enfatiza a responsabilidade dos países desenvolvidos em reparar sua "dívida ecológica", o que inclui o alívio da dívida externa dos países mais pobres – um dos pilares centrais da tradição do Jubileu.

Há 25 anos, o Jubileu do ano 2000 exemplificou o impacto concreto dessa abordagem, impulsionando um movimento global que resultou o alívio de aproximadamente [US\\$ 130 bilhões](#) em dívidas de países mais pobres. Desde então, a Igreja Católica tem desempenhado um papel de liderança na defesa de reformas estruturais na arquitetura financeira internacional, destacando a urgência de medidas que abordem simultaneamente a crise da dívida insustentável e a emergência climática - duas problemáticas profundamente interligadas. O Jubileu de 2025 representa uma oportunidade única para avançar nessa agenda, com o potencial de se tornar um marco histórico.

POR QUE A DÍVIDA É IMPORTANTE PARA O DEBATE SOBRE O CLIMA?

1. Países sobrecarregados pelo pagamento de juros da dívida externa enfrentam dificuldades para financiar políticas essenciais de combate às mudanças climáticas

Sem um alívio substancial da dívida, os países endividados do Sul Global enfrentarão severas restrições fiscais, comprometendo a sua capacidade de investir na transição ecológica e de proteger suas populações dos impactos devastadores das mudanças climáticas. Em 2021, os países de baixa renda destinaram [cinco vezes mais](#) recursos ao pagamento da dívida externa do que medidas de adaptação climática, enquanto [quase metade da população mundial](#) vive em países que alocam menos recursos à educação e à saúde do que ao pagamento de juros da dívida externa.

Diante desse cenário, torna-se extremamente desafiador para esses governos reduzirem, ou até mesmo encerrarem, gradualmente a exploração de combustíveis fósseis e, em seu lugar, direcionarem investimentos para matrizes energéticas sustentáveis e infraestrutura de resiliência e adaptação climática, como painéis solares ou proteção contra inundações. Diante de cortes significativos na assistência internacional ao desenvolvimento por parte da USAID e da União Europeia, torna-se imperativo priorizar mecanismos de financiamento climático

¹ Este policy brief foi escrito em conjunto por CAFOD, KOO, Maryknoll Office for Global Concerns, SCIAF, e Caritas Zambia.

baseados em subsídios e iniciativas de alívio da dívida como estratégias centrais para garantir um desenvolvimento sustentável.

2. O financiamento baseado em empréstimos cria uma armadilha de dívida climática

Atualmente, [69,4%](#) do financiamento climático é concedido em forma de empréstimos, frequentemente com juros elevados. Um [estudo de 2022 da Debt Justice e Climate Action Network International \(CAN-I\)](#) alerta que, sem um volume adequado de financiamento climático baseado em subsídios para perdas, danos e adaptação climática, os países da África Subsaariana poderão acumular quase US\$ 1 trilhão em dívidas até 2032.

A Nova Meta Quantificada Coletiva sobre Financiamento Climático (NCQG, em inglês), acordada na COP29, revela-se insuficiente. O compromisso prevê apenas US\$ 300 bilhões anuais até 2035 para financiamento climático, um valor muito inferior à necessidade estimada de pelo menos [US\\$ 1,3 trilhão](#) por ano, sem qualquer garantia de subsídios. Além disso, a meta amplia excessivamente o papel dos bancos multilaterais de desenvolvimento que, majoritariamente, fornecem financiamento climático por meio de empréstimos. Em 2023, apenas [6,7%](#) dos recursos concedidos por esses bancos foram na forma de subsídios.

3. A crise climática impulsiona o crescimento da dívida

Essas crises interligadas se retroalimentam. Quando um desastre natural atinge um país de baixa renda, este frequentemente precisa recorrer a novos empréstimos para financiar a sua reconstrução, dada a ausência de um mecanismo global estruturado para o financiamento de perdas e danos. Isso agrava a dívida, eleva as taxas de juros para futuros empréstimos e reduz a capacidade desses países de investir em adaptação climática. Como resultado, os impactos de desastres subsequentes se tornam ainda mais severos, perpetuando um ciclo de vulnerabilidade econômica e climática.

Uma [análise](#) preocupante do presidente da Nigéria, Bola Ahmed Tinubu, destaca que a dívida total dos governos africanos é inferior a dois terços da dívida da Alemanha – um problema que o mundo desenvolvido, poderia, sem dúvida, solucionar. A primeira-ministra de Barbados, Mia Mottley, [reforça](#) que grande parte da dívida dos países do Sul Global decorre da crise climática, e não de corrupção ou gastos públicos excessivos. De fato, a relação média entre dívida externa e PIB na África corresponde a apenas metade da média observada nos países do G7.

4. As exigências do Norte Global para resgate de dívidas impulsionam a exploração de combustíveis fósseis

A pressão para o pagamento das dívidas externas muitas vezes obriga os países endividados a explorarem seus recursos naturais de maneira insustentável. Um exemplo notável é a Argentina, onde [1 em cada 4](#) de todos os dólares emprestados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) foram destinados ao país. Por meio desses empréstimos, o FMI [incentiva ativamente](#) a Argentina a "aumentar os investimentos na produção e no transporte de energia, explorando as vastas reservas de petróleo e gás de Vaca Muerta".

A necessidade de pagar dívidas em moeda estrangeira também leva muitos países a adotarem modelos econômicos voltados à exploração intensiva de combustíveis fósseis e à exportação de commodities para o Norte Global, geralmente com grande impacto ambiental. Sem um alívio substancial da dívida externa, esses países enfrentam poucas alternativas, sendo forçados a comprometer seus recursos naturais e o meio ambiente para cumprir com as obrigações financeiras internacionais.

5. A dívida e o colapso climático são legados injustos da mesma exploração do Norte Global

Durante a COP29, o Papa Francisco destacou que "A dívida ecológica e a dívida externa são dois lados da mesma moeda, desta lógica de exploração que culmina na crise da dívida". Sua fala enfatiza um ponto fundamental: os países do Sul Global foram duplamente explorados – primeiro pelas emissões de gases de efeito estufa dos países industrializados do Norte global,

e depois pelo extrativismo econômico e pelos empréstimos predatórios do setor financeiro internacional.

Neste Ano do Jubileu, há um imperativo moral para que os países desenvolvidos assumam sua responsabilidade e enfrentem essas crises interligadas, garantindo justiça climática e econômica para os países mais vulneráveis às mudanças do clima.

QUAIS SÃO OS RISCOS PARA O SUL GLOBAL?

Em 2020, Zâmbia deixou de cumprir suas obrigações financeiras internacionais durante a pandemia de COVID-19 e, desde então, vem enfrentando um difícil processo de reestruturação caracterizado por cortes significativos de financiamento público nas áreas de saúde e educação. Edmond Kangamungazi, Especialista em Programas de Responsabilidade Econômica e Social na Caritas Zâmbia, comentou: "As pessoas estão sofrendo; elas foram privadas de serviços sociais em muitas das comunidades que a Caritas Zâmbia visitou. Por trás de cada pagamento de dívida que o governo faz, a dignidade é sacrificada, a pobreza reforçada e muitas pessoas perdem a esperança".

"O alívio da dívida não é apenas justiça econômica; é a restauração da esperança legítima da humanidade para um futuro sustentável. O alívio da dívida é um ato de justiça que resgata a dignidade, cura a pobreza e restaura a esperança de resiliência climática duradoura e harmonia ecológica". Edmond Kangamungazi, Especialista em Programas de Responsabilidade Econômica e Social na Caritas Zâmbia.

O QUE PRECISA MUDAR?

A boa notícia é que como as crises da dívida externa e do clima estão profundamente interligadas, muitas políticas governamentais podem abordar ambas simultaneamente. Há riqueza e capital mais do que suficientes no mundo para enfrentar esses desafios; o que falta é liderança política para garantir uma distribuição mais justa desses recursos. Além disso, os [custos da falta de ação](#), a longo prazo, serão muito maiores do que os da ação imediata.

Como atores católicos, defendemos as seguintes medidas que os governos podem adotar para combater essa "policrise":

- ✓ **Um plano adequado para ampliar significativamente o financiamento climático baseado em subsídios**
Se o financiamento climático continuar a ser concedido na forma de empréstimos, os países de baixa renda continuarão presos em ciclos de endividamento. Para evitar isso, os países desenvolvidos devem ampliar o financiamento climático baseado em subsídios, implementar mecanismos eficazes de tributação ambiental e reformar as instituições financeiras internacionais, hoje dominadas pelo Norte Global. A iniciativa "[Rota de Baku a Belém](#)" para mobilização de US\$ 1,3 trilhão em novos fluxos financeiros é um passo nessa direção.
- ✓ **Reforma do sistema de endividamento**
Todos os governos devem apoiar e aprovar um mecanismo da ONU para aliviar e prevenir o acúmulo de dívidas insustentáveis e ilegítimas, garantindo regras para empréstimos responsáveis e transparentes, e fornecendo estruturas obrigatórias para países contraírem dívidas que sejam minimamente sustentáveis, considerando os direitos humanos, o desenvolvimento e o clima como temas centrais na decisão. Além disso, as dívidas com o setor privado, fundos e bancos devem ser reguladas através de legislações em determinadas jurisdições, como no Reino Unido, nos EUA e na União Europeia para obrigar credores privados a participar dos processos de reestruturação. Também é essencial incluir, nos acordos atuais e futuros, cláusulas para o cancelamento automático dos pagamentos da dívida por um determinado período após eventos climáticos catastróficos. Sem essas

reformas, os países mais afetados simplesmente não terão condições fiscais suficientes para investir em ação climática.

✓ **Fim das condicionalidades prejudiciais**

O Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, que têm um papel crescente no financiamento climático global, devem incorporar a meta de 1,5°C do Acordo de Paris em todas as suas operações de empréstimo, especialmente nos setores de energia e agricultura. Caso contrário, seus empréstimos continuarão a manter os países de baixa renda em modelos poluentes, forçando-os a explorar combustíveis fósseis e utilizar fertilizantes nocivos ao meio ambiente. Além disso, as políticas do FMI que obrigam países endividados a usar pacotes de resgate para pagar credores estrangeiros, enquanto implementam austeridade severa em seus próprios territórios, precisam acabar. Essas medidas impedem o desenvolvimento e enfraquecem a capacidade de resposta às mudanças climáticas.

✗ **Evitar incentivos para cancelamento da dívida em troca de ação climática**

Esse tipo de mecanismo pode ser problemático, pois se um governo não possui recursos para pagar seus credores, dificilmente terá capacidade financeira para sustentar políticas climáticas eficazes. Essas trocas (ou swaps, em inglês) podem levar a cortes em setores essenciais, como saúde e educação, além de favorecer grandes agências administradoras, que retêm parte dos fundos para cobrir os custos de gerir essas trocas. Além disso, esses acordos podem comprometer a soberania dos países mais vulneráveis, permitindo que credores externos determinem como os recursos serão utilizados, consolidando ainda mais o domínio dos agentes financeiros mais poderosos.

UM CHAMADO À AÇÃO NO ANO DO JUBILEU

Neste Ano do Jubileu, devemos nos posicionar lado a lado das populações que estão em risco devido à dívida externa e à crise climática. Reafirmamos nosso apelo pelo cancelamento da dívida externa injusta e insustentável e por reformas estruturais no sistema financeiro global. Somente assim poderemos nos libertar da armadilha insustentável do endividamento climático.

LEITURA ADICIONAL

- CAFOD, 2024. [Fair finance for the climate fightback: Where should the money for international climate finance come from?](#)
- CAFOD, SCIAF, Caritas Internationalis, 2024. [Jubilee 2025: The new global debt crisis and its solutions](#)
- CIDSE, 2024. [Innovative sources of Public Finance for Climate Justice](#)
- Pope Francis, 2015. [Laudato Si'](#)

A CIDSE é uma família internacional de organizações católicas a favor da justiça social. Trabalhamos com parceiros e aliados globais para promover a justiça, direcionando o poder da solidariedade global para alcançar mudanças transformadoras para as pessoas e o planeta. Desafiamos a injustiça sistêmica e seus impactos destrutivos por meio da conexão, mobilização, influência e relato de histórias de mudança. Promovemos alternativas ambientais e socialmente justas para que todos possam prosperar em nossa Casa Comum. O trabalho da CIDSE é orientado pelo Ensino Social Católico e pelos valores do Evangelho.

Contatos:

CIDSE: Lydia Machaka, Energy and Extractivism Officer (machaka(at)cidse.org) – www.cidse.org
CAFOD: Liz Cronin, Climate Policy Lead, (lcronin(at)cafod.org.uk) – www.cafod.org.uk

ANEXO - LISTA DE SIGNATÁRIOS

LÍDERES RELIGIOSOS

1	Luigi Bressan	Archbishop of Trento	Italy
2	Gerardo Alminaza	Bishop of San Carlos	Philippines
3	Paul Cummins	Diocesan Administrator of the Diocese of Plymouth	United Kingdom
4	Brian McGee	Bishop of Argyll and the Isles	United Kingdom
5	Patrick McKinney	Bishop of Nottingham	United Kingdom
6	Stephen Wright	Bishop of Hexham and Newcastle	United Kingdom

ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS

Internacional

- 7 Caritas Internationalis
- 8 Franciscans International
- 9 Islamic Relief Worldwide
- 10 Laudato Si' Movement
- 11 Pax Christi International
- 12 School Sisters of Notre Dame

Regionais e nacionais

- | | | |
|----|---|-----------------|
| 13 | Act Church of Sweden | Sweden |
| 14 | Afro-Asian Institute Salzburg | Austria |
| 15 | Afro-Asiatisches Institut Graz | Austria |
| 16 | American Friends Service Committee | United States |
| 17 | Bruder und Schwester in Not der Diözese Innsbruck | Austria |
| 18 | Caritas Europa | Europe |
| 19 | Caritas Philippines | Philippines |
| 20 | Carmelite NGO | United States |
| 21 | Catholic Climate Covenant | United States |
| 22 | Catholic Womens' Movement Austria (KFBÖ) | Austria |
| 23 | Center for Economic and Social Rights | United States |
| 24 | Centre Arrupe Madagascar | Madagascar |
| 25 | Claretian Team at the UN | United States |
| 26 | Comisión Diocesana Ecología Integral. Archidiócesis de Madrid | Spain |
| 27 | Comisión General Justicia y Paz | Spain |
| 28 | Cordaid | The Netherlands |
| 29 | Daughter of Charity of Saint Vincent de Paul | United States |
| 30 | Development and Peace - Caritas Canada | Canada |
| 31 | Ecumenical Committee for Social Development (CEDES) | Mozambique |
| 32 | Ecumenical Council of Churches in Austria | Austria |
| 33 | Fastenaktion | Switzerland |
| 34 | Focsiv | Italy |
| 35 | Franciscan Peace Centre | United States |
| 36 | Franciscan Sisters of the Sacred Heart | United States |

37	Green Mountain Monastery + The Thomas Berry Sanctuary	United States
38	Group for the Development of Women and Girls (GDMR)	Mozambique
39	Hilfswerk Initiative Christlicher Orient	Austria
40	Holy Cross Sisters	United States
41	Instituto Mexicano de Doctrina Social Cristiana	Mexico
42	Islamic Relief Worldwide	United Kingdom
43	Jesuit European Social Centre	Belgium
44	Jesuit Missions	United Kingdom
45	KAIROS Canada	Canada
46	Karit Solidarios por la paz	Spain
47	Katholische Aktion Österreich (KAÖ)	Austria
48	Kentro Christian Network	Canada
49	Kirkens Nødhjelp / Norwegian Church Aid	Norway
50	Manos Unidas	Spain
51	Maryknoll Fathers and Brothers	United States
52	Maryknoll Sisters of St. Dominic, Inc.	United States
53	Medical Mission Sisters	United States
54	Mensche für Andere-jesuitenweltweit	Austria
55	Misereor	Germany
56	Missio Austria (Pontifical Mission Societies in Austria)	Austria
57	Missionsprokur St. Gabriel International	Austria
58	Missionsstelle der Diözese Linz	Austria
59	MIVA Austria	Austria
60	Movimiento Franciscano Justicia, Paz e Integridad de la Creación	Bolivia
61	New Mexico & El Paso Region Interfaith Power and Light	Canada
62	Operation Noah	United Kingdom
63	Österreichische Ordenskonferenz	Austria
64	Passionist Solidarity Network	United States
65	Passionists International	United States
66	Pax Christi Colombia	Colombia
67	Pax Christi USA	United States
68	Presentation Sisters Union - USA Unit	United States
69	Red Eclesial Gran Chaco y Acuífero Guarani (REGCHAG)	Latin America / Cono Sur
70	Red Franciscana para Migrantes de las Américas	Italy
71	Red Justicia y Paz en la Patria Grande	Latin America and the Caribbean
72	Scottish Catholic Justice and Peace Commission (Justice & Peace Scotland)	United Kingdom
73	SELACC - Caritas Latin America and the Caribbean	Latin America and the Caribbean
75	Sisters of Charity Federation	United States
76	Sisters of Mercy of the Americas Justice Team	United States
77	Sisters of Our Lady of Apostles	Italy
78	Sisters of Saint Francis Rochester Mn	United States
79	Sisters of St. Francis, Clinton, Iowa	United States
80	Social Justice and Ecology Secretariat (SJES)	Italy
81	Teilen spendet Zukunft. Förderverein der Katholischen Frauenbewegung	Austria

82	The Parliament of the World's Religions - Climate Action Task Force	United States
83	Trócaire	Ireland
84	VIVAT International	Italy
85	Welthaus der Diözese Innsbruck	Austria
86	Welthaus Graz	Austria
87	Welthaus Wien	Austria
88	Wheaton Franciscan Justice, Peace, and Integrity of Creation (JPIC) Office	United States